Cronologia

 É uma ciência auxiliar da história que de maneira uniforme permite estabelecer intervalos de tempo em que os acontecimentos se vão sucedendo, para tal escolhe-se uma referência, um ponto da história do mundo, que no caso da civilização ocidental é o nascimento de Cristo.

 Esta ciência recorre para tal às unidades de tempo (dia, mês, ano, século). Quando muitos acontecimentos e documentos nos chegam às mãos sem uma data, ou seja, sem uma referência temporal, é necessário então empregar alguns métodos, sofisticados de datação.

 Só assim podemos reconstruir e explicar o passado, porque os factos se encontram ordenados e ocupam o seu lugar próprio na corrente do tempo.

Espaço

 Do ponto de vista económico, social, cultural e até afetivo o espaço condiciona de forma poderosa as civilizações, a vida do ser humano e portanto o espaço geográfico determina as características de um povo.

 Assim, o clima, o relevo e todos os condicionantes geográficos relacionam-se com as atividades económicas praticadas pelos diferentes povos. Neste sentido, e concretizando com o caso da Grécia damos conta de um solo árido e montanhoso, de um clima caprichoso e da presença por toda a parte do mar, com especial relevo para a necessidade de bons portos.

 Posto isto, temos que concluir a pouca importância da agricultura, das vias de comunicação terrestres e destacar o comércio, a pecuária e as vias de comunicação marítimas. Todos estes aspetos se refletiram igualmente na vida social dos gregos.

**O modelo ateniense – Introdução**

* A Grécia não vivia uma união politica – coesão, cada cidade orgulhava-se de ser autónoma e independente chegando muitas vezes a serem rivais;
* A união dos Helenos fazia-se pela cultura, pela língua e pela oração aos mesmos deuses (politeístas);
* Dentro da pluralidade das cidades-Estado (pólis), destaca-se a cidade de Atenas que é tomada como modelo (século V a.C), sendo considerada a “escola da Grécia”
* Atenas viverá no século V a.C um modelo político considerado primeiro – democracia direta, que apesar das suas limitações e imperfeições promove a igualdade e a justiça;
* Para lá da politica, também na cultura e na arte Atenas é uma escola, arquitetos, escultores, filósofos, dramaturgos,… deixam-nos as mais belas obras;
* Pelo seu esplendor, Atenas continua a ser hoje o centro de toda a civilização ocidental pelo legada, pela herança que nos deixou.
* Que competências possuíam os cidadãos?

O corpo cívico apesar do seu reduzido numero era essencial à Pólis, pois tratava de todos os assuntos indispensáveis à organização e bom funcionamento da cidade, a eles cabia a organização dos negócios públicos, a organização das festas religiosas e a feitura das leis, indispensáveis à vida em comum e ao respeito que os gregos exigiam entre si.

* Quais as condições para a existência de uma Pólis?

A Pólis para ser perfeita teria que ter um tamanho/dimensão ideal, para se bastar a si própria, se defender e se governar. Assim, a cidade para existir teria que ter uma população politicamente organizada, capaz de satisfazer todas as necessidades da sua existência. São então, os elementos indispensáveis à sua existência: subsistências (ideal de autarcia); artes e utensílios/instrumentos e artífices, armas/armamento e “soldados” capazes de organizar a defesa; abundância de riquezas como por exemplo minas e metais preciosos; o culto divino/sacerdócio que incutia nos gregos o sentido de pertencerem a uma cultura comum – o culto aos deuses estreitava/unia a união dos gregos; finalmente um conjunto de leis capazes de organizar e estruturar a pólis em termos políticos.

Ver página 26 documento 4

* Quais os elementos que constituíam o espaço ateniense/cívico? (é importante discriminar as principais zonas da cidade)

 Inicialmente, a insegurança forçou a construção de praças-fortes, em pontos altos e de difícil acesso. À volta destas praças-fortes, estavam as muralhas. Era lá que se situava a acrópole.

 As primeiras cidades nasceram em torno da acrópole. Primeiramente, a acrópole era o centro da vida religiosa e politica da cidade. Era na acrópole que viviam o rei e os nobres e onde estavam situados os principais templos. Depois, a acrópole tornou-se um local de culto. Nela se erguiam os principais templos da cidade e para ela se encaminhavam tanto as grandes procissões como aqueles que, pretendiam honrar os deuses com as suas oferendas.

 Na parte mais baixa da cidade situava-se a ágora ou praça pública, que era onde se desenrolava a vida quotidiana das cidades. A ágora era o centro político, económico e social da cidade, partilhando ainda com a acrópole funções religiosas. Na ágora, durante a manhã realizava-se o mercado e à tarde, os cidadãos encontravam-se para conviver e resolver os problemas da pólis. Lá também se construíam templos e altares, pois a sua religiosidade obrigava-os a ter deuses por toda a parte. À volta da ágora existiam os pórticos (stoas), que abrigavam as pessoas do sol.

 Em redor da ágora, situavam-se as casas, alinhadas de forma geométrica. Já os bairros sociais eram construídos em ruas estreitas e as casas eram pequenas e cúbicas ou na generalidade de formas geométricas.

 Os gregos desconheciam as “comodidades”, as suas vidas eram bastante simples, faziam tudo ao ar livre, desde o convívio à resolução de negócios e à visualização de peças de teatro.

**Democracia ateniense**

 É no conjunto das cidades-Estado gregas que vamos fazer sobressair Atenas; os motivos são vários e entre os quais destacaremos o seu poderio económico, o seu brilho cultural e o seu sistema politico inovador. Falamos então de democracia que os atenienses se orgulhavam de ter lutado durante mais de um século. Foi um longo caminho desde a Oligarquia à Tirania, em que os mais ricos e poderosos resistiram e aceitaram dificilmente perder os poderes que tinham conquistado.

 O contributo decisivo foi dado pelos legisladores que deram especial importância à igualdade entre todos os cidadãos.

 *Que direitos foram então conseguidos?*

 Os direitos conseguidos foram a isonomia, a isocracia e a isegoria.

 A isonomia era a igualdade perante a lei. Não interessava a riqueza, nem a família, todos eram iguais, as leis eram as mesmas para todos.

 A isocracia era a igualdade de acessos aos cargos públicos, isto é, todos sem exceção tinham o direito e o dever de participar no governo. As decisões eram tomadas em conjunto, num sistema de maioria simples.

 Finalmente, a isegoria ou igual direito de todos ao uso da palavra. Todos eram livres de expressar as suas opiniões, mas dentro dos limites impostos pelo Estado.

 Para que estes direitos fossem cumpridos e aplicados surgiram no século V a.C., legisladores que através de algumas medidas e reformas fizeram nascer a democracia. É o caso de Clístenes, considerado o seu fundador. Procedeu a uma nova divisão administrativa da ética – 10 tribos/10 demos e destes todos os anos eram sorteados cidadãos para o desempenho de cargos nos diferentes órgãos.

 Péricles é também um dos mais destacados políticos atenienses que criou as mistoforias – espécie de pagamento feito pelo Estado aos que desempenhavam cargos públicos.

Democracia direta

Cada cidadão atuava por si próprio, não havia partidos políticos. As escolhas representativas eram feitas por um sistema de eleição por voto. Quem não se interessa-se pelos assuntos políticos eram mal visto. A função dos escolhidos era assegurar o bom andamento dos assuntos da cidade, durante um ano no mínimo.

* Apresenta as instituições da democracia ateniense: NOTA – refere as suas atribuições/formas de funcionamento.

 A pólis grega nomeadamente a de Atenas permitia uma participação ampla de todos os cidadãos. Não havia partidos políticos, nem políticos de profissão, o que significa que cada cidadão atuava por si próprio. A democracia grega era então uma democracia direta já que todos os cidadãos pelo menos uma vez na vida desempenhavam funções públicas. E todo aquele que se desinteressava pelos assuntos da cidade era mal visto. Finalmente, era necessário assegurar que todos podiam participar e não apenas os mais cultos, ricos ou prestigiados, por isso a eleição e/ou o sorteio eram as formas de escolha que preferiam, com destaque especial para o sorteio. De seguida, apresento os principais órgãos onde os cidadãos exerciam o poder do Estado.

 **A Eclésia ou Assembleia Popular**, constituída por todos os cidadãos, reunia-se ao ar livre entre três a quatro vezes por mês. Nem todos os cidadãos compareciam, uma vez que moravam longe da cidade. Competia à Assembleia discutir e votar as leis, decidir da paz e da guerra, apreciar a atuação ou deliberar sobre qualquer outro assunto que, diretamente, respeitasse ao governo da cidade. Os cidadãos votavam de braço no ar, mas se exigissem o seu voto era secreto. A Eclésia reunia cerca de 5000 participantes.

 **A Bulé ou Conselho dos 500** partilhava com a Eclésia o poder legislativo. A Bulé tinha o poder de fazer as leis, leis essas que a Assembleia do Povo devia deliberar. Quando aprovados, os decretos começavam por “Quis a Bulé e o Povo”, o que demonstra que estes dois órgãos tinham peso na feitura das leis. A Bulé resolvia também os assuntos correntes, decidindo o que fazer.

 Os buleutas trabalhavam numa espécie de sistema rotativo – as Pritanias – em que de 36 em 36 dias, alternavam no poder 50 buleutas de cada tribo. Enquanto estavam “de serviço”, não podiam ausentar-se da cidade, ficavam alojados na ágora, num edifico próprio, o pritaneu, onde comiam e pernoitavam.

 Todos os dias era sorteado um presidente (prítane epístata), ao qual competia guardar as chaves dos arquivos, do tesouro da cidade e do selo do Estado. Esta mudança diária do prítane epístata evitava a corrupção e os abusos do poder.

 **Os arcontes**, eram escolhidos por sistema de sorteio, um por tribo, eram magistrados prestigiados, embora os seus poderes se limitassem ao desempenho de funções religiosas e judiciais. A presidência dos tribunais e a organização de festas religiosas recrutavam, vitaliciamente, os membros do Areópago, o que conferia ao arcontado muito do seu prestígio.

 Os únicos magistrados eleitos pela sua competência eram **os estrategos**, que comandavam a marinha e o exército. Os estrategos eram os verdadeiros chefes de Atenas, controlavam a sua política externa e financeira. Alguns estrategos, dotados de grande espírito de liderança e de hábeis poderes oratórios, alcançaram enorme prestigio. Péricles foi um deles, eleito para 15 mandatos, dominou a politica ateniense durante quase três décadas e ficou para a História como um dos homens mais notáveis do seu século.

 Estes órgãos de poder, não ficariam completos se a justiça não estivesse igualmente assegurada por dois tribunais:

 **O Areópago**, formado por antigos arcontes, que exerciam o cargo vitaliciamente. Era o tribunal mais importante de Atenas, as suas funções eram: o julgamento dos crimes de homicídio e do desrespeito aos deuses da cidade.

 **O Helieu ou Tribunal Popular** constituído por 6000 juízes, com mais de 30 anos, sorteados anualmente à razão de 600 por tribo. Funcionava por secções e a instrução dos processos competia aos arcontes e a outros magistrados. Finalizados os discursos de acusação e do réu, cuja duração era medida pela clepsidra, os juízes, até então passivos, pronunciavam-se pela absolvição ou pela condenação.

* Identifica as formas que os atenienses encontraram para se proteger dos tiranos ou de políticos hábeis e manipuladores. Ver págs. 36 e 37

 Na Grécia antiga, os atenienses encontraram formas para se proteger dos tiranos, que eram pessoas que se apoderavam do poder individualmente, sem serem eleitos ou escolhidos e dos políticos hábeis e manipuladores, que tentavam enganar as pessoas com os seus discursos convincentes e bem preparados.

 Para os políticos introduziu-se no século V a.C., a graphê paramon, que era a acusação publica contra aqueles que tinham proposto uma lei anticonstitucional, essa lei podia ser anulada mesmo depois de aprovada por ser contra as leis fundamentais da cidade. O autor arriscava-se a ser julgado e condenado a pagar uma multa pesada por ter feito uma proposta “ilegal”.

 A honestidade era exigida em tudo relacionado com o Estado, até na prestação de contas dadas pelos magistrados no fim dos seus mandatos. A grande rotatividade dos mandatos políticos evitava o abuso do poder e a corrupção.

 Mas a democracia temia os tiranos, por isso tomou medidas para os impedir, estabeleceram o ostracismo. Todos os anos, reunidos na ágora, os membros da Eclésia escreviam, numa pequena placa de barro (ostrakon) o nome de um cidadão que, pela sua excessiva proeminência, achassem perturbador do bom funcionamento democrático. Caso os 6000 juízes votassem na mesma pessoa, o ostracizado deixava a cidade por 10 anos, sem perder os seus bens ou direitos políticos, que tomaria quando voltasse.

* Que importância assume a oratória nos regimes democráticos?

 Em toda a política, é o dom da palavra que permite convencer e brilhar. Os bons oradores conquistam o povo e desfrutam de elevado prestígio dentro e fora do ano. A oratória não é um dom dos mais ricos e poderosos, mas sim uma obra de uma alma que pensa, é pelo discurso que os sábios e os ignorantes se diferem.

 Em Atenas, não era diferente. Todo o cidadão deveria saber falar, para se defender, para acusar, discutir os assuntos da cidade e justificar as medidas dotadas. Alguns governantes chegaram a criar escolas de oratória, sendo estas bastante concorridas pelos descendentes de famílias ricas para que dominassem as regras do discurso político, as suas subtilezas e os seus artifícios.

* Comenta a afirmação: “A democracia ateniense era uma democracia imperfeita!” À luz de cidadãos do séc. XXI as imperfeições ou limitações da democracia ateniense são justificadas?

 Profundas diferenças separam a democracia antiga da atual. Na verdade, a democracia antiga funcionava apenas para um grupo restrito, os cidadãos. Os restantes, eram excluídos da vida política e de muitos outros deveres civis, que hoje consideramos fundamentais.

 Eram considerados cidadãos s homens filhos de pai cidadão e de uma mãe filha de cidadão, com mais de 18 anos que não fossem escravos. Aos cidadãos competia a vida política e a posse de bens.

 Quando faziam 18 anos, os jovens pediam a sua inscrição nos registos dos demos, fazendo prova da sua ascendência e da sua idade. Se fossem aceites, durante dois anos, recebiam preparação militar, uma vez que a eles lhes competia a defesa da cidade. Passados os dois anos, entravam na política, fazendo parte do governo da cidade.

 Os cidadãos podiam ser grandes proprietários, pequenos camponeses, comerciantes, artesãos ou mesmo operários assalariados. Os mais pobres eram pagos pelos dias de trabalho perdidos em favor da cidade, em contra partida, os mais ricos pagavam impostos suplementares, as liturgias, para equipa navios de guerra e organizar as festas cívico-religiosas.

 As mulheres, os escravos e os metecos eram excluídos.

 As mulheres, poucos direitos tinham, dedicavam-se aos trabalhos domésticos e à educação das crianças. Não lhes era reconhecido o direito de se disporem da sua pessoa ou de administrarem os seus bens. Até ao casamento, estavam sob a autoridade do pai, depois do casamento do marido e caso enviuvasse, ficava sob a tutela do filho mais velho, se não tivesse filhos, do parente mais próximo.

 Nas casas abastadas, as mulheres habitavam numa zona específica, o gineceu, onde acompanhadas pelas escravas passavam a maior parte da sua vida. Passavam o tempo todo em casa, com exceção das grandes festas religiosas. Nem sequer iam ao mercado, as compras eram tarefa e privilégio masculino. Quando saiam era com um véu e sob a vigilância de uma escrava.

 A sua maior virtude era passarem despercebidas, “fazer com que os homens falassem delas o menos possível, para o bem ou para o mal”.

 Naquela altura, todos aceitavam esta desigualdade entre os sexos, justificando que a Natureza criou o homem com superioridade e capacidades de mando e a mulher com inferioridade e capacidades de submissão e obediência.

 Os metecos eram estrangeiros. Em Atenas estava-lhes vedada a aquisição de terras e a participação na vida política. A lei impedia-os de participar no governo, desposar uma ateniense e de possuir casas ou terras. Estavam obrigados a pagar um imposto, o metécio, e à prestação de serviço militar.

 Os metecos desempenhavam um papel económico muito importante, assegurando a maior parte da produção artesanal e das trocas comerciais. Foram poucos os que conseguiram elevar-se à condição de cidadãos.

 Os escravos constituíam praticamente metade da população da Ática. Eram na sua maioria, de origem estrangeira. A lei não lhes reconhecia personalidade civil, nem família e muito menos, o direito de possuir bens. Os escravos eram considerados como uma vulgar mercadoria e até equiparados a animais. Os escravos que desempenhavam o papel de pedagogos tinham um estatuto elevado, pois acompanhavam no percurso escolar, os filhos dos cidadãos. Os escravos domésticos podiam considerar-se privilegiados; seguidos dos artesãos, que eram pagos como trabalhadores livres; e os menos privilegiados eram os mineiros.

 Posto isto, percebemos que o único trabalho dos cidadãos era o governo da cidade.

 Aos nossos olhos, o regime democrático da Grécia Antiga vai contra os princípios da igualdade. Eurípides, também achou isto injusto, fazendo críticas nas suas peças, onde repetidamente mostrou que o escravo é um homem igual a todos os outros. Estima-se que a crença na unidade do género humano, foi sem dúvida, uma das maiores conquistas do nosso tempo.

* De que forma as grandes festividades se vestiam de um duplo caráter – cívico religioso?

 Na antiga Grécia a religião desempenhou um grande contributo na identidade do mundo grego. O culto revestia-se de uma ampla participação de todos os cidadãos, já que realizar oferendas, manter os templos, custear as festas, eram considerados deveres cívicos tão importantes como participar na vida política e prestar serviço militar. Embora em toda a Grécia se adorassem as mesmas divindades, cada pólis tinha os seus cultos próprios aos deuses considerados protetores da cidade. Exemplo disso, temos o culto a Atenas, protetora da cidade de Atenas.

 Assim, falamos das Grandes Dionisíacas.

 As festas em honra do deus Dioniso, eram designadas as Grandes Dionisíacas, que decorriam no mês de março, durante seis dias.

 No segundo dia das celebrações, através de um cortejo solene, a estátua chegava ao recinto das representações, onde mais tarde foi elevado um palco de forma a tornar mais visível as atuações.

 Os últimos três dias das celebrações eram inteiramente dedicados à homenagem ao deus pelos coros e danças, que mais tarde se tornaram representações dramáticas.

 Esta festa, servia também para competição. Todos os anos, eram representadas três peças, que no final eram avaliadas por um júri, que determinava o vencedor. O grande vencedor ganhava dinheiro, uma coroa de hera e passava a ver o seu nome inscrito nos registos de honra da cidade.

 Sendo as Grandes Dionisíacas, abertas a toda a civilização grega, todos os poetas dramáticos gregos podiam concorrer. Ainda hoje, assistimos a peças trágicas escritas pelos três maiores vultos da tragédia antiga. Estas peças têm sobretudo um pendor moralizante. O herói luta e sofre, revelando a grandeza da alma humana.

 Com o passar dos anos, a comédia começou também a marcar presença nas Grandes Dionisíacas.

 A comédia, utilizando a ironia pretendia gerar o riso e a boa disposição. Aristófanes, o maior dos autores cómicos, criticava a vida pública de Atenas, seja o funcionamento das instituições democráticas, a moderna educação dos sofistas ou até a emancipação da mulher.

 O teatro, uma das mais originais criações do génio grego, espalhou-se por todo o mundo helénico, mantendo o seu caráter de grande manifestação cívica e religiosa. Hoje em dia, o teatro é predominantemente civíco-cultural.

* Como se processava a educação para a cidadania do jovem ateniense?

 Na antiga Grécia, em Atenas, os jovens eram educados desde muito cedo para os cargos que teriam no futuro. Sendo esses cargos diferentes para os homens e para as mulheres, estes como iremos verificar, tinham educações distintas. Os homens, especialmente, tinham de se converter em homens cultos, sensíveis ao belo e essencialmente empenhados politicamente.

 A partir do momento em que a criança começava a compreender e até aos 7 anos de idade, ficava no gineceu, onde os pais, as amas e os pedagogos tentavam torná-la perfeita. Chamavam-na à atenção, ensinavam-lhe o que é justo e o que se deve fazer. Depois de completar 7 anos, as mulheres ficavam em casa a aprender as lidas domésticas e os homens iam à escola e preparavam-se para ser cidadãos.

 O Estado recomendava que os rapazes soubessem nadar, ler, escrever e praticassem exercício físico, deixando o restante ao critério dos pais. Os pobres ficavam-se por aqui, ou até menos, já os mais ricos iam o mais longe possível.

 Depois de saberem ler e escrever, aprendiam com o mestre a recitar as obras dos grandes poetas. Isto, tinha duas finalidades: a primeira era que os jovens se interessassem e quisessem ser igual a eles, a segunda era que a harmonia e o ritmo penetrassem na alma do aluno tornando-o um apreciador de coisas belas. A poesia era sempre acompanhada de música, ensinada pelo mestre de cítara. Consta-se que os que se dedicavam à música e à literatura se tornavam mais moles que os outros.

 Os descendentes de famílias ricas, eram seguidos por um pedagogo, que era habitualmente um escravo culto que os acompanhava no percurso escolar.

 A educação intelectual era complementada com a preparação física, a cargo do pedotriba. Exercitar o corpo era tão importante como desenvolver a mente “corpo são em mente sã”. Esta preparação física era muito importante, porque o cidadão tinha de cumprir serviço militar e defender a cidade. Diz-se que quem praticava exclusivamente ginástica tornava-se mais agressivo.

 A partir dos 15 anos, a preparação física continuava em escolas próprias, os ginásios, onde era praticada em recintos apropriados, as chamadas palestras.

 Nos ginásios também se ensinavam a Matemática e a Filosofia, a fim de aprenderem mais nos domínios: cientifico, moral, religioso e político.

 A educação do cidadão ia-se completando no exercício da vida cívica, na participação nas assembleias, no exercício das magistraturas ou nas discussões na ágora.

 No entanto, podiam aprender mais com um mestre conceituado pela sua sabedoria ou pelos seus dotes de eloquência.

 Devido às oratórias, surgiram os sofistas, que eram professores itinerantes, que andavam de cidade em cidade, fazendo conferências e dando aulas. Apesar de ser alto de crítica por parte dos mais velhos, não deixava de deslumbrar os jovens, que pagavam para assistir a essas aulas. Os sofistas defendiam um saber enciclopédico e empenhavam-se no desenvolvimento do espírito crítico e da facilidade de expressão. Prometiam tornar os seus alunos oradores tão hábeis que não deixariam escapar nenhum argumento de qualquer assunto. Os sofistas empenhavam-se em ensinar a “arte de convencer”, fundamental na política. Hoje, reconhecemos que os sofistas contribuíram para a criação de uma nova ordem de estudos e para o conhecimento do ser humano, que como individuo quer como cidadão.